

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

12 abr 2017 | O Globo | LETICIA FERNANDES, EDUARDO BARRETTO E EDUARDO BRESCIANI opais@oglobo.com.br

Temer é citado em 2 inquéritos, mas tem 'imunidade temporária'

Presidente não pode ser investigado por atos estranhos ao cargo, diz Janot

A liberação da lista de políticos e autoridades a serem investigados no STF provocou preocupação no governo e no Congresso com as reformas, especialmente a da Previdência e a trabalhista, mas líderes governistas disseram que planejam manter o ritmo de votações. Um dos alvos de inquérito, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB), manteve a pauta ontem. Também investigado, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), disse que os inquéritos não vão atrapalhar as reformas: "Agora a Justiça e o Ministério Público começam a cumprir seu papel, e o Congresso precisa cumprir o seu, legislar." A Câmara adiou, porém, a votação do pacote de socorro a estados, previsto para ontem. -BRASÍLIA-. O presidente Michel Temer é citado em dois inquéritos abertos pelo ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal (STF). No caso da investigação contra o senador Humberto Costa (PT-PE), delatores da Odebrecht relatam "possível participação" do atual presidente da República num esquema de favorecimento da empreiteira em contratos fraudulentos com a Petrobras. O documento que menciona Temer é fruto da delação de Márcio Faria, ex-presidente da Odebrecht Engenharia Industrial, Marcelo Odebrecht, ex-presidente do grupo, e outros dois executivos.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, destacou, porém, que Temer tem "imunidade temporária" por ocupar o cargo de presidente, não podendo ser investigado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Procurada, a Presidência da República não quis comentar as menções a Temer nos inquéritos.

Segundo os depoimentos, Temer participou de uma reunião em seu escritório em São Paulo, em 15 de julho de 2010, ao lado dos então deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Henrique Eduardo Alves (PMDB-AL). Em dezembro, após revelações da revista "Veja" sobre encontro de Temer com o hoje delator Márcio Faria para discutir recursos em troca de favorecimento, o Palácio do Planalto confirmou que o presidente se encontrou com Cunha acompanhado de um "empresário" que tinha interesse em ajudar campanhas do PMDB. À época, o presidente disse que foi um "rápido encontro" e no qual "não se falou em doação nem em obras da Petrobras".

Temer também foi mencionado no caso que envolve os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral). Fachin ressaltou que, para o Ministério Público, os dois teriam agido em nome do PMDB e do presidente.

"Há fortes elementos que indicam a prática de crimes graves, consistente na solicitação por Eliseu Padilha e Moreira Franco de recursos ilícitos em nome do PMDB e de Michel Temer, a pretexto de campanhas eleitorais", afirmou o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Moreira Franco teria pedido R\$ 4 milhões à empresa em doações eleitorais depois de ter ajudado a Odebrecht no processo de concessões de aeroportos, que teriam sido repassados por meio de Padilha. O inquérito destaca um jantar realizado em 28 de maio de 2014 no Palácio do Jaburu com Temer, Padilha, Marcelo Odebrecht e o ex-executivo Cláudio Melo Filho.

PLANALTO NÃO VÊ 'SURPRESAS' Nesse encontro, teria sido acertado o pagamento de R\$ 6 milhões para a campanha de Paulo Skaf ao governo paulista e dos outros R\$ 4 milhões por meio de Padilha. Eles teriam sido feitos por meio de José Yunes, ex-assessor especial de Temer. O Ministério Público ressaltou que o próprio Yunes prestou depoimento relatando ter recebido, a pedido de Padilha, um "documento", e que esse pacote lhe foi trazido pelo doleiro Lúcio Funaro.



Ontem, Temer disse a aliados que, apesar de ministros constarem da lista de Fachin, "não há fato novo" e que, por isso, os pedidos de abertura de inquérito não mudam a "linha de corte", regra divulgada recentemente de afastamento de colaboradores somente após serem denunciados. Um argumento repetido ontem entre assessores de Temer era que a maioria dos nomes da lista já havia sido divulgada e que, dessa forma, não haveria "surpresa". A preocupação é que as acusações não paralise as reformas no Congresso.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)